



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 2º, inciso XIV, da Portaria SPOA/SE/MJ nº 65, de 4 de junho de 2014, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.112/90 (redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997), combinada com a Resolução nº 35, do Senado Federal, publicada no Diário Oficial da União de 03 de setembro de 1999, e com o Ofício-Circular nº 36/SRH/MP, de 29 de junho de 2001, bem como demais orientações emanadas da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tendo em vista o contido no Processo nº 08007.007035/2017-78, **RESOLVE**:

Art. 1º Convalidar os percentuais de adicional por tempo de serviço - Anuênios de BENEDICTO WELLINGTON GONZAGA DE SOUZA, matrícula SIAPE nº 0160086, aposentado no cargo de Agente Administrativo, classe S, padrão III, do Quadro de Pessoal deste Ministério, na forma do anexo desta Portaria:

ANEXO

PERCENTUAL	COMPLETADOS EM	EFEITOS FINANCEIROS
1%	26/06/1961	01/01/1991
2%	26/06/1962	01/01/1991
3%	26/06/1963	01/01/1991
4%	25/06/1964	01/01/1991
5%	25/06/1965	01/01/1991

PORTARIA CGGP Nº 147, DE 09 DE MARÇO DE 2018

Institui o Plano Anual de Capacitação para o ano de 2018 no âmbito do Ministério da Justiça



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso XVII do art. 2º da Portaria SPOA/SE/MJ nº 65, de 04 de junho de 2014, resolve:

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.716 de 05 de agosto de 2013 que instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, no âmbito do Ministério da Justiça;

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006 que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Plano de Capacitação do Ministério da Justiça para o exercício de 2018, nos termos constantes do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ANEXO I

1. APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento de pessoas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública é regulamentado pela Portaria do Ministro da Justiça nº 2.716 de agosto de 2013. Esse instrumento trata das normas orientadoras para a execução das ações de desenvolvimento e, especialmente, as diretrizes e objetivos a serem seguidas e alcançados.

A concepção das ações de treinamento, desenvolvimento e educação no órgão é viabilizada a partir de instrumentos e normas, dentre os quais está o Plano de Capacitação que é imprescindível à formação e ao desenvolvimento dos servidores e orienta-se pelos objetivos estratégicos relacionados ao cumprimento da missão institucional do MJ.

O Plano Anual de Capacitação, doravante denominado PAC 2018, é elemento estruturante ao estabelecimento de diretrizes e orientações relativas a execução das ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o exercício de 2017.

O PAC 2018 é o instrumento gerencial que compreenderá as definições dos temas e metodologias de capacitação a serem implementadas, bem como as ações de capacitação previstas para a formação dos servidores.

É um dos pilares da Política de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública em consonância com as diretrizes do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2. OBJETIVO GERAL

O Plano de Capacitação figura dentre os Projetos Estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, esses que são componentes do Planejamento estratégico 2015-2019, tendo como um dos fundamentos “*Promover Iniciativas de Formação e Educação Contínua dos Servidores*”. Segundo as diretrizes do planejamento, o PAC 2018 é instrumento de gestão que estabelece diretrizes e orientações relativas a execução das ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores.

O objetivo principal é o planejamento, desenvolvimento e gestão de ações de capacitação no intuito de aprimorar competências e estimular o incremento de conhecimento, com vistas ao aperfeiçoamento, e agregar valor ao indivíduo e à instituição.

O foco permeia o contínuo desenvolvimento e aprimoramento das habilidades técnicas e comportamentais, otimizando sempre a utilização dos recursos financeiros destinados às ações programadas.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover a capacitação do quadro de servidores em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, com base nos instrumentos de levantamento de necessidades de treinamento em estrito alinhamento aos objetivos estratégicos da instituição e de acordo com a legislação correlata, em especial:

- Promover a valorização do servidor através da oferta de capacitação e desenvolvimento/aprimoramento de competências em alinhamento com as estratégias de desenvolvimento humano nas esferas corporativa e social.
- Ofertar ações de qualificação, requalificação e aprimoramento, otimizando os recursos orçamentários disponíveis;
- Estabelecer ações de capacitação contínuas, proporcionando o aprimoramento da prática profissional, com foco no alcance dos objetivos institucionais da Pasta;
- Incentivar a multiplicação do conhecimento, principalmente, o adquirido nas capacitações promovidas pelo MJSP.

4. PÚBLICO- ALVO

O PAC 2018 visa a formação e desenvolvimentos dos servidores em efetivo exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, a saber:

- Ocupantes de cargo efetivo, pertencentes ao quadro de pessoal e em exercício no Ministério da Justiça;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

- Requisitados de órgãos e entidades da administração pública federal;
- Integrantes de carreiras descentralizadas com exercício no Ministério da Justiça;
- Servidores sem vínculo ocupantes de cargos comissionados.

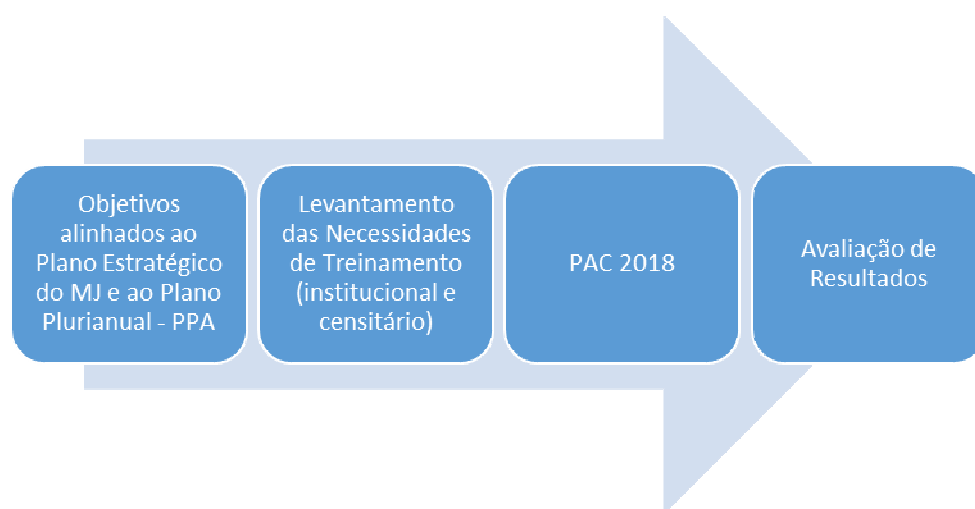
5. ELABORAÇÃO DO PAC

A elaboração do Plano de Capacitação do Ministério da Justiça deu-se em etapas de elaboração delineadas de forma a considerar as necessidades de treinamento identificadas e alinhadas ao planejamento estratégico, assim com considerando a consolidação das ações indicadas pelos servidores e chefias durante a avaliação do ciclo GDPGPE 2016-2017.

O objetivo é construir uma agenda positiva de ações de capacitação para promover a formação e educação continuada dos servidores, assim como promover, com excelência, os serviços prestados à sociedade com transparência, eficiência, eficácia e efetividade.

A execução das etapas de elaboração do PAC 2018 teve como base central:

- Levantamento Institucional das Necessidades de Treinamento;
- Levantamento censitário de necessidades de Treinamento;
- Triagem e sistematização das indicações de treinamento apontadas nos formulários de “Plano de Metas – Desempenho Individual” do ciclo GDPGPE de 2016/2017;
- Sistematização dos dados levantados e proposição do núcleo de oferta de cursos para o ano de 2018.



6. EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

São consideradas ações de capacitação:

- Cursos presenciais e à distância;
- Seminários;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

- Congressos;
- Intercâmbios;
- Palestras;
- Grupos formais de estudo; e
- Ações congêneres que contribuam para o desenvolvimento pessoal, profissional e para o autodesenvolvimento do servidor.

7. LOCAIS DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

Os cursos serão realizados prioritariamente nesta Capital, à exceção daqueles não oferecidos em Brasília. As ações podem ser:

- Internas: conteúdo programático definido pelo MJ, podendo ser executado pelo próprio órgão com a participação de educadores internos, por outra instituição pública ou privada, ou ainda por profissionais liberais;
- Externas: abertas ao público diversificado, com conteúdo estabelecido por outra instituição pública ou privada, na qual os servidores do MJ são inscritos/matriculados.

Nos casos de congressos, seminários e afins, serão permitidas as inscrições dos servidores nos eventos que ocorrerem em outros Estados da Federação, desde que haja autorização da chefia imediata e pertinência do conteúdo com as atividades realizadas no setor. A concessão de diárias e passagens ficará a cargo da unidade administrativa em que o servidor estiver lotado.

8. ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO

A Política de Desenvolvimento de Pessoas do órgão prioriza ações de desenvolvimento em áreas de competência do MJ que compreendem as seguintes áreas:

- Finalística: visa atender as necessidades de formação e qualificação técnica, fornecendo ao servidor conhecimentos e propiciando o desenvolvimento de habilidades imprescindíveis ao adequado desempenho das tarefas típicas de sua área de atuação;
- Básica/complementar: visa proporcionar ao servidor aperfeiçoamento no uso de ferramentas tecnológicas e conhecimentos básicos ou complementares, necessários ao desempenho de suas funções;
- Gerencial: objetiva desenvolver habilidades necessárias ao desempenho da função gerencial, particularmente quanto aos quesitos relacionados à condução de equipes para o alcance dos objetivos e metas traçados.

8.1 ÁREAS DE CONHECIMENTO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

A composição das áreas de conhecimento estrutura-se nos levantamentos de necessidades de treinamento realizados no órgão entre os meses de outubro a dezembro de 2017. Os dados levantados originaram-se de três fontes: i) levantamento institucional de necessidades de treinamento; ii) indicação de ações de capacitações pactuadas entre chefia imediata e servidores durante a elaboração das metas individuais do plano de trabalho GDPGPE; e iii) formulário eletrônico enviado aos servidores para colaboração espontânea na construção do PAC 2018.

Analizando os dados e gerindo as informações produzidas e relacionando sua pertinência e alinhamento ao planejamento estratégico, assim como à política de desenvolvimento de pessoas, foi possível consolidar as solicitações nas seguintes áreas de conhecimento:

- Planejamento, orçamento e gestão de políticas públicas;
- Gestão da Logística Pública;
- Governança da Tecnologia da Informação;
- Conhecimento Jurídico;
- Desenvolvimento Humano;
- Gestão administrativa e desenvolvimento institucional;
- Desenvolvimento e formação ampla; e
- Ações temáticas específicas.

8.2 LINHAS DE DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

As áreas de conhecimento formuladas a partir dos dados figuram como conjunto de conhecimentos amplos nos quais existem linhas de desenvolvimento mais específicas que podem, não taxativamente, representar os campos objetivos de ação para atender as necessidades de treinamento daquele conjunto.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	LINHAS DE DESENVOLVIMENTO
1. Planejamento, Orçamento e Gestão	Formulação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
	Análise e interpretação de dados e indicadores econômicos e sociais
	Planejamento e elaboração
	Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Proposta Orçamentária (PPA, LDO e LOA)
	Gerenciamento de projetos
	Gestão de fundos afetos ao MJ
	Gestão contábil, financeira
	Avaliações de impactos de políticas públicas
2. Gestão da Logística Pública	Administração de Recursos Materiais



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	LINHAS DE DESENVOLVIMENTO
	Gestão de Contratos Administrativos
	Gestão de Processos
	Gestão de Convênios
	Gestão de diárias e passagens
	Gestão de eventos
	Gerenciamento de riscos
	Gestão de serviços administrativos
	Fiscalização administrativa e técnica de contratos
3. Governança da Tecnologia da Informação	Gestão de recursos de TI
	Uso de ferramentas tecnológicas
	Segurança da informação
	Governança digital
	Desenvolvimento e gestão de sistemas
	Banco de Dados
	Gestão de contratos de serviços de TI
	Avaliação, acompanhamento e fiscalização de fábricas de software
	Software público
	Operação e Transição de serviços de TI
4. Conhecimento Jurídico	Atendimento a órgãos de controle
	Legislação relacionada a apuração de danos ao erário (TCE)
	Legislação de Pessoal
	Legislação Trabalhista
	Legislação de acesso à informação
	Legislação sobre licitações e contratos
	Legislação sobre aposentadoria e pensões
	Legislação orçamentária e financeira
	Legislação sobre operações de pagamento de pessoal
	Legislação sobre os direitos da Pessoa com deficiência
	Processo legislativo
5. Desenvolvimento Humano	Desenvolvimento de equipes
	Desenvolvimento de gestores
	Formação de gestores (servidores aptos assumir posições de liderança)
	Comunicação e oratória
	Gestão por competências
	Sistemas de gestão de pessoas e competências
	Incentivos a graduação e pós-graduação



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	LINHAS DE DESENVOLVIMENTO
	Incentivo à participação em cursos de idioma estrangeiro
6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	Planejamento e execução orçamentária
	Prestação de contas
	Avaliação de desempenho institucional
	Elaboração e acompanhamento de indicadores
	Gestão da informação e documental
	Planejamento estratégico
	Assessoramento institucional e parlamentar
	Gestão de informações bibliográficas
7. Desenvolvimento e Formação Geral	Operação de editores de planilhas eletrônicas (Básico, avançado e intermediário)
	Pacote Office
	Suíte de aplicativos do Office 365
	Gestão de documentos
	Sistema Eletrônico de Informações - SEI
	Elaboração de textos oficiais no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública
	Formação em tutoria EaD
	Formação para elaboração de materiais e conteúdos EaD
8. Ações temáticas e específicas	Qualidade no atendimento ao público (interno e externo)
	Congressos
	Seminários
	Conferências
	Workshops
	Palestras
	Ações propostas pelas áreas finalísticas do Ministério

9. OFERTA DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO 2018

A oferta de eventos de capacitação é fator estruturante da política de desenvolvimento dos servidores do órgão e trata-se de excelente mecanismo de preenchimento das lacunas de conhecimento identificadas durante as análises dos dados de levantamento disponíveis.

Importante destacar que as ações de capacitação propostas devem estar alinhadas aos objetivos e metas institucionais, assim como ao desenvolvimento dos servidores em relação às competências, habilidades e atitudes inerentes ao efetivo exercício de suas atribuições nas unidades de lotação.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Os instrumentos de levantamento de necessidades de treinamento são basilares à efetiva constituição do plano, porém não necessariamente são atendidos na íntegra, pois é necessário avaliar a oportunidade e conveniência das solicitações, a disponibilidade orçamentária para desenvolvê-las, assim como o atendimento ao que preconiza os normativos e planejamento da instituição.

As ações prioritárias para execução durante a vigência do PAC 2018 estão listadas no ANEXO II. Trata-se de ações contempladas no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) e que estão em estrito alinhamento ao PDP e ao Planejamento Estratégico do órgão.

A lista não é taxativa e também não implica sua execução completa. Deve ser avaliado, dentre outros fatores, a disponibilidade orçamentária para as ações e, também, a capacidade de execução.

As solicitações de capacitações específicas que não constem na lista de priorizações, devem ser submetidas a análise da CGGP e serão avaliadas pela área competente, contanto que atendam aos requisitos e, havendo recurso disponível (caso das capacitações com ônus), poderão ser atendidas, respeitando a priorização, bem como os prazos do PDP. ^[1]

Isso posto, ratifica-se que o PAC não esgota todas as necessidades de treinamento do órgão e que no decorrer do exercício surgem novas necessidades. Estamos tratando de um cenário dinâmico de atuação. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, poderá desenvolver e promover ações de capacitação relativas às demandas específicas das unidades.

10. METAS, INDICADORES E RESULTADOS ESPERADOS

O acompanhamento das ações propostas no PAC 2018 é imprescindível para que se tenha a real dimensão da efetividade das ações propostas. Sua aferição se dará por indicadores propostos, assim como pela representatividade destes no campo das metas a serem alcançadas. Tais definições estão previstas no Planejamento Estratégico, assim como nas metas institucionais GDPGPE.

10.3 META INSTITUCIONAL – CICLO GDPGPE

A execução do Plano anual de Capacitação está diretamente relacionada com as metas institucionais do ciclo de avaliação de desempenho. A finalidade do indicador proposto é verificar a efetividade do PAC em relação ao quantitativo de servidores do quadro efetivo, em exercício no órgão, que cursarão, pelo menos, 40 “horas-aula” durante o período que se iniciou em novembro de 2017 e terminará em outubro de 2018.

A meta estabelecida para o ciclo é que 85% dos servidores, pertencentes ao grupo da análise, cumpram quarenta horas de capacitação no período.

Descritivo da Fórmula de Cálculo

(Quantidade de servidores do quadro efetivo e em exercício que cumpriram ao menos 40h de capacitação)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

/ Quantidade de servidores do quadro efetivo e em exercício) x 100.

10.4 INDICADORES E METAS ESTRATÉGICOS

As metas do Planejamento Estratégico do MJ foram redefinidas pela Portaria SE nº 1.775 de 8 de dezembro de 2017. Tal instrumento tratou de estabelecer a promoção de iniciativas de formação e educação continuada dos servidores como um dos objetivos estratégicos do órgão

O indicador estratégico relacionada ao PAC estabelece que se mensure o percentual de implementação do plano anual de capacitação de forma incremental no decurso do tempo, tem como objetivo central monitorar e avaliar a execução dos planos propostos.

Para o ano de 2018 estabeleceu-se que sejam implementadas 80% das iniciativas de capacitação propostas no PAC.

O PAC 2018 estabeleceu 8 áreas de conhecimento e, por sua vez, estão relacionadas a linhas de desenvolvimento para as ações programáticas. A mensuração da meta está relacionada ao alcance da execução dessas ações. Deve se considerar o fato de que uma ação de capacitação pode atender áreas de conhecimento e linhas de desenvolvimento distintas e simultâneas.

A meta é incremental, pois o objetivo a ser alcançado aumenta paulatinamente e a previsão é que, até 2019, sejam implementadas, no mínimo, 90% das ações propostas.

11. RESULTADOS ESPERADOS

Ao implementar o PAC 2018 são esperados resultados positivos em relação ao desenvolvimento dos servidores nos campos pessoal e institucional, em especial:

- Força de trabalho qualificada em níveis pessoais e técnicos;
- Servidores motivados e comprometidos com os objetivos estratégicos da instituição;
- Público das ações de capacitação fidelizado e participativo;
- Altos padrões de desempenho e engajamento na instituição;
- Índices de qualidade e eficiência elevados;
- Produtividade aumentada a cada ciclo;
- Excelência do clima organizacional.

12. ORÇAMENTO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

O orçamento previsto para a realização das ações de capacitação referente ao levantamento de necessidades das unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública é da ordem de R\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais).

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

A promoção de ações de capacitação no Ministério da Justiça e Segurança Pública está diretamente relacionada ao comprometimento do órgão em executar sua missão e objetivos institucionais de forma eficiente e qualificada, entregando à sociedade serviços de alta relevância e baseado em ações de qualidade.

O desenvolvimento contínuo dos servidores é objetivo direto das ações apresentadas, assim tratando de valorizar e investir no crescimento pessoal e profissional dos envolvidos.

É importante considerar que cada servidor participante das ações de capacitação do órgão torna-se um potencial multiplicador de conhecimento para seus pares e outros setores do MJ, fato esse que será devidamente utilizado no decorrer da execução do plano apresentado.

O Plano de Capacitação segue as orientações dispostas na Política de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Justiça (Portaria MJ nº 2.719/2013) e legislação correlata.

REFERÊNCIAS

Política de Desenvolvimento de Pessoal do MJ (Portaria nº 2.176 de 2013).

Portaria nº 3.403 de 30 de outubro de 2013, artigo 23.

Portaria do Ministro da Justiça nº 2.716 de agosto de 2013.

TCU Plenário, Acórdão Nº 2.613/2011, Brasília, 2011.

Guia de Orientação para Elaboração do Plano de Capacitação - SIPEC.

Decreto Nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei Nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Lei Nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Portaria Nº 1.309, de 07 de junho de 2017. Dispõe sobre o Plano Anual de Capacitação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União para o exercício de 2017.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Portaria MP Nº 208, de 25 de julho de 2006.

Portaria MP Nº 528, de 29 de dezembro de 2009.

Portaria MP Nº 447, de 3 de novembro de 2010.

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, Planejamento Anual de Capacitação 2017.

UNB - Universidade de Brasília, Plano Anual de Capacitação 2017.

Plano Anual de Capacitação do MJ, versão formatada (SEI)

**ANEXO PAC - AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PRIORITÁRIAS PARA EXECUÇÃO NO PAC
2018**

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
1	Gerência de Projetos: Teoria e Prática	Gestão de Projetos	1. Planejamento Orçamento e Gestão	46
2	Curso Orçamentário sobre Emendas	Leis Orçamentárias, PLOA/Emendas, etc.	1. Planejamento Orçamento e Gestão	20
3	Sistema: SIOP	Capacitar o servidor quanto a utilização prática das funcionalidades deste imprescindível sistema estruturante da administração pública	1. Planejamento Orçamento e Gestão	25
4	Tesouro Gerencial	Filtros, métricas, construção de documentos e agendamentos de consultas	1. Planejamento Orçamento e Gestão	20
5	Execução Orçamentária e Financeira	Receitas e despesas públicas, elaboração da Proposta Orçamentária, Controle e Execução, Pagamentos etc.	1. Planejamento Orçamento e Gestão	16
6	Operacionalização do	Noções gerais do	1. Planejamento Orçamento e	40



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
	SICONV	SICONV; Novas melhorias nas funcionalidades do Sistema; Acompanhamento e Análise de propostas, etc.	Gestão	
7	Curso de Tesouro Gerencial-SIAFI	Consultas sobre a execução orçamentário-financeira, os principais conceitos referentes à administração financeira e orçamentária.	1. Planejamento Orçamento e Gestão	40
8	Curso de Planejamento e Orçamento Públicos	Planejamento do Setor Público/PPA, Elaboração e programação orçamentária/SIOP, execução orçamentária.	1. Planejamento Orçamento e Gestão	60
9	Curso: SIASG - Cronograma	Cronograma físico e financeiro de contratos administrativos no SIASG	1. Planejamento Orçamento e Gestão	10
10	Elaboração, monitoramento e avaliação de programas	Aplicação da metodologia, utilização de ferramenta elaboração, monitoramento e avaliação de programas institucionais relacionados à política pública	1. Planejamento Orçamento e Gestão de Políticas Públicas	20
11	Avaliação em Políticas Públicas (EaD)	Medição, desenho de avaliação, resultado,	1. Planejamento Orçamento e Gestão de Políticas Públicas	30



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		impacto		
12	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Gestão e fiscalização de contratos	2. Gestão da Logística Pública	32
13	Gestão de Materiais	Gestão de Materiais.	2. Gestão da Logística Pública	32
14	Planejamento e Gestão do Patrimônio Público, as NBCASP e o Desfazimento de Bens	Aperfeiçoar a gestão de materiais do Ministério da Justiça e Segurança Pública	2. Gestão da Logística Pública	16
15	Gestão de Inventário, Material, Patrimônio e Almoxarifados integrados com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Noções de Inventário; Ciclo Orçamentário; Noções de Gestão do Planejamento do Patrimônio e de Material; Conceito de Bens Patrimoniais; Controles internos de bens permanentes; Avaliações e Reavaliações de Bens; Noções de Contabilidade Pública	2. Gestão da Logística Pública	24
16	Como Depreciar e Reavaliar os Bens Móveis e Imóveis e Regularizar Ativos Imobiliários Recebidos em Doação na Administração Pública	Capacitar os servidores para avaliar bens imóveis do Ministério da Justiça e Segurança Pública	2. Gestão da Logística Pública	16
17	Como elaborar a planilha de preços de acordo com a nova in 03/2017	Técnicas para realizar pesquisas no painel de preços, estudo das metodologias: média, mediana ou menor preço. Conceitos a serem adotados para obtenção de preços mais vantajosos	2. Gestão da Logística Pública	30
18	Gestão de contratos	Responsabilidades dos gestores, atribuições dos gestores sob a nova	2. Gestão da Logística Pública	20



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		ótica da in 05/2017		
19	Tomada de Contas Especial	Procedimentos para instrução de tomada de contas especial e alterações na legislação e normativos.	2. Gestão da Logística Pública	40
20	Elaboração e Análise de Projetos de Convênios	Noções Gerais, Formulação de Políticas e Estabelecimento de Diretrizes, Passo a Passo para Apresentação de Projetos, Novo Plano de Trabalho - SICONV e Critérios para Seleção e Análise de Projetos no SICONV.	2. Gestão da Logística Pública	16
21	Curso sobre Prestação de Contas de instrumentos de repasse.	Prestação de Contas – Conveniente; Prestação de Contas – Concedente; Registro da Prestação de Contas - OBTV	2. Gestão da Logística Pública	24
22	Como elaborar planilha de preços de acordo com a IN 03/2017	Técnicas para realizar pesquisas no painel de preços, estudo das metodologias: média, mediana ou menor preço.	2. Gestão da Logística Pública	30
23	Termo de Execução Descentralizada - Elaboração, execução/acompanhamento e prestação de contas	Requisitos obrigatórios, legislação, modelos, vedações, recomendações (fase de elaboração,	2. Gestão da Logística Pública	15



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		acompanhamento e prestação de contas)		
24	A Contratação de Serviços de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento pela Administração Pública.	O processo Licitatório, A Contratação de capacitação sem Licitação – Visão dos Tribunais de Controle, Análise do preço do objeto da ação de capacitação e Gestão e fiscalização da ação de capacitação	2. Gestão da Logística Pública	16
25	Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público	Requisitos para a elaboração de TR, mais especificamente quanto ao objeto, quantitativos, exigências de habilitação e regularidade, sanções a serem aplicadas, critérios, entre outros temas.	2. Gestão da Logística Pública	20
26	Avaliação em Políticas Públicas (EaD)	Gestão de riscos, controle interno, governança, “accountability”.	2. Gestão da Logística Pública	40
27	Curso Responsabilização de Agentes Públicos e privados Perante os Tribunais de Contas	Curso Responsabilização de Agentes Públicos e privados Perante os Tribunais de Contas	2. Gestão da Logística Pública	16
28	Curso Contratos de Obras e Serviços de Engenharia - Gestão e Fiscalização	Curso Contratos de Obras e Serviços de Engenharia - Gestão e Fiscalização	2. Gestão da Logística Pública	16
29	Introdução à interoperabilidade	Por que a interoperabilidade é importante para o	3. Governança da Tecnologia da Informação	20



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		governo? Principais benefícios para a Gestão Pública. Legislação - Por que fazer interoperabilidade? Exemplos de utilização de padrões.		
30	Informática ACCESS	ACCES/banco de dados	3. Governança da Tecnologia da Informação	40
31	Informática DASHBOARD	Criação de gráficos, elaboração de relatórios	3. Governança da Tecnologia da Informação	40
32	Metodologia Ágil	Gestão e planejamento no desenvolvimento de software; Redução de riscos na elaboração de projetos de software;	3. Governança da Tecnologia da Informação	40
33	Desenvolvimento em Java	Assuntos referente a atuação de dados	3. Governança da Tecnologia da Informação	32
34	Gerenciamento em projetos TIC	Assuntos referente a atuação de dados	3. Governança da Tecnologia da Informação	32
35	SGBD Oracle	Gerenciamento do banco de dados	3. Governança da Tecnologia da Informação	32
36	Windows Server	Gerenciamento do banco de dados	3. Governança da Tecnologia da Informação	24
37	CURSO DE SQL - <i>Structured Query Language</i>	Possibilitar o conhecimento necessário para extrair dados diretamente num banco de dados, visando atendimentos emergências, averiguação de erros em ambiente produtivo, geração de relatórios, dentre	3. Governança da Tecnologia da Informação	32



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		outros.		
38	Legislação de Pessoal	Aplicação da Lei nº 8.112/1990, do regime jurídico único dos servidores públicos federais.	4. Conhecimento Jurídico	40
39	Acesso à Informação	Classificação de informações e dados abertos; negativas de acesso à informação.	4. Conhecimento Jurídico	40
40	Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços	Aspectos conceituais da lei: finalidade, importância e hierarquia da lei; Noções gerais da lei de licitações - Lei nº 8.666/93; Tipos de licitação; Modalidades de licitação; Exceções à obrigatoriedade de licitação: dispensa; dispensabilidade; inexigibilidade. Etapas do processo licitatório; Sistema de registro de preços.	4. Conhecimento Jurídico	40
41	Elaboração de Termos de Referência e Projeto Básico	Legislação, deveres do contratado e da contratante; procedimentos de fiscalização e gerenciamento dos contratos	4. Conhecimento Jurídico	24
42	Legislação de Pessoal	Aplicação da Lei 8.112/90 e suas alterações. Legislações inerentes ao tema	4. Conhecimento Jurídico	16
43	Instrução Normativa IN 05/2017 - MPDG/SEGES	Contratação de serviços, fases de	4. Conhecimento Jurídico	30



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		planejamento da contratação, procedimento de contratação, gerenciamento de riscos, elaboração de instrumentos de medição de resultados		
44	Entendendo a Nova Legislação dos convênios	Legislação sobre Convênios; Celebração; Acompanhamento e Fiscalização	4. Conhecimento Jurídico	16
45	Lei nº 13.445 e seu regulamento	Situação jurídica do migrante no Brasil	4. Conhecimento Jurídico	12
46	Atualização em Processo Civil	Principais alterações do novo Código de Processo Civil	4. Conhecimento Jurídico	80
47	A Previdência Social dos Servidores Públicos: regime próprio e regime de previdência	A concessão de benefícios pelo regime próprio: aposentadorias e pensões	4. Conhecimento Jurídico	30
48	Gestão de parcerias com organizações da sociedade civil: nova lei de fomento e colaboração	Compreender: (i) a agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), o universo das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e a sua relevância para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil; (ii) a lógica processual da Lei 13.109/2014 e suas diferentes fases da gestão de parcerias; e (iii) estratégias de	4. Conhecimento Jurídico	30



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		fortalecimento institucional para a gestão de parcerias entre Estado e Sociedade Civil.		
49	Curso sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC	Curso sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC	4. Conhecimento Jurídico	16
50	Mediação de Conflitos (EaD)	Meios não “adversariais” de solução de conflitos, com noções básicas sobre o conflito e a comunicação,	5. Desenvolvimento Humano	20
51	Oficina de Desenvolvimento de Equipes	A importância do trabalho de cada um (servidor) para o alcance de metas.	5. Desenvolvimento Humano	20
52	Liderança e Gestão com Inteligência Emocional nos Relacionamentos Interpessoais	Relacionamentos, autenticidade, conceito de líder e liderança, alta performance; os benefícios de uma liderança eficaz; autoconhecimento; o papel do líder na gestão e outros conhecimentos correlatos.	5. Desenvolvimento Humano	16
53	Desburocratização Administrativa	Legislação, conceitos e ferramentas de desburocratização	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	20
54	Código de Ética do Servidor Público (EaD)	Deveres, vedações e normativos	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	4
55	Redação de documentos oficiais e elaboração de relatórios e pareceres	Redação Oficial	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	32



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
	técnicos			
56	Elaboração de pesquisas de satisfação	Definição de indicadores de avaliação	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	24
57	Processo Legislativo Orçamentário	Tramitação das matérias orçamentária no Poder Legislativo	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	20
58	Folha de pagamento aplicada ao sistema SIAPE	Rotinas básicas de folha de pagamento, legislações pertinentes e demais atos normativos do MPOG	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	20
59	Elaboração e Análise de Prestação de contas de convênios	Prestação de contas conveniente e prestação de contas concedente	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	24
60	Modelagem de Estruturas Organizacionais na Administração Pública	Conceitos e metodologias de modelagem organizacional, compondo o desenho final da estrutura organizacional.	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	16
61	Elaboração de indicadores de desempenho e gestão de ricos	Elaboração de indicadores de desempenho e gestão de ricos	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	24
62	Gestão estratégica	Aplicação da metodologia, utilização de ferramenta e estímulo à cultura de gestão estratégica	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	20
63	SIAFI Operacional	Gestão governamental	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	64
64	Curso: Auditoria da Folha de Pagamento no Serviço Público	Auditoria de pessoal - aspectos estruturais e organizacionais, dados cadastrais e	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	24



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		registro funcional		
65	Construção de Indicadores de Desempenho na Administração Pública	Propor soluções para a implantação de indicadores de desempenho e propor soluções de implantação de indicadores aplicáveis no Setor Público. Qual é a correlação entre as necessidades e atendimento dos serviços com os índices de produtividade? Como ser o referencial de excelência nos serviços? Como acompanhar o resultado dos indicadores da qualidade e do desempenho da Empresa? Como usar os resultados dos indicadores?	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	24
66	Mapeamento e Melhoria de Processos	Gestão, mapeamento, análise e melhorias de processos, entre outros temas.	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	20
67	Normas sobre confecção de Boletins de Serviço	ISS, IRRF, INSS, Regimes de Previdência (Próprio e Geral) e correlatos.	6. Gestão administrativa e desenvolvimento institucional	8
68	Elaboração de Normas	Elaboração de Atos, Requisitos e Normas de publicação dos Atos	7. Desenvolvimento e Formação Geral	8
69	Introdução ao Estudo de Economia do Setor Público (EaD)	Compreender a economia do Setor Público.	7. Desenvolvimento e Formação Geral	30



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
70	Curso - Redação Oficial	Todos temas contidos no Manual de Redação Oficial da Presidência da República - 1. Normas para Elaboração de Documentos Oficiais; 2 - Padrão Ofício; 3 - Aviso e Ofício; 4 - Memorando; 5 - Observações sobre a redação de documentos oficiais e demais temas atinentes a redação oficial contida no Manual de Redação da Presidência da República.	7. Desenvolvimento e Formação Geral	40
71	Um Por Todos e Todos por Um - Pela Ética e Cidadania	Autoestima. Democracia. Cidadania. Voluntariado, Solidariedade e Bem Comum. Valores e Participação.	7. Desenvolvimento e Formação Geral	40
72	Novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa (EaD)	Mudanças na acentuação e ortografia dos vocábulos da língua portuguesa	7. Desenvolvimento e Formação Geral	40
73	Curso de Excel (Básico ao avançado)	Necessidade de conhecimento de Excel para alimentação de tabelas e gerenciamento de dados	7. Desenvolvimento e Formação Geral	40
74	SEI - Tramitação de processos e utilização de	Atalhos, ferramentas e funcionalidades	7. Desenvolvimento e Formação Geral	20



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
	funcionalidades			
75	Congresso Nacional de Pregoeiros	Legislação sobre Pregão e matérias correlatas	8. Solicitação específica	30
76	2º Congresso brasileiro de governança, controle público e gestão de risco nas aquisições	Boas práticas nas contratações públicas.	8. Solicitação específica	30
77	XI Congresso CONSAD de Gestão Pública	Painéis de diversos temas relacionados à gestão pública e boas práticas.	8. Solicitação específica	20
78	Inspeção, avaliação, recuperação e reforço das estruturas de concreto	Patologias estruturais em concreto armado; Diagnósticos de estruturas; Sistemas, Técnicas e Procedimentos de Recuperação; Reforço Estrutural do Concreto Armado; Reforço Estrutural com Fibra de Carbono;	8. Solicitação específica	24
79	Modernização (retrofit) de sistemas de ar condicionado	Analisar um sistema existente de ar condicionado, identificar os pontos críticos e recomendar soluções corretivas, dentre outras ações correlatas.	8. Solicitação específica	32
80	Sistemas de aterramento elétrico e proteção contra descargas atmosféricas: de acordo com a nova NBR 5419:2015, baseada na IEC 62305:2010	Introdução ao SPDA, Princípios Gerais, Gerenciamento de Riscos, Danos Físicos às estruturas e perigos à vida, Proteção de sistemas Elétricos e Eletrônicos internos	8. Solicitação específica	24



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		na estrutura, Sistemas de aterramento, casos especiais e detalhes típicos, exemplos de projetos de SPDA.		
81	Impermeabilização e proteção das edificações e estruturas em geral	Conceitos, Durabilidade de estruturas, concepção das estruturas para durabilidade e otimização das impermeabilizações e outras ações relacionadas ao tema.	8. Solicitação específica	28
82	Iluminação de locais de trabalho -	Novos critérios para o projeto de iluminação, o ambiente luminoso, fontes de iluminação artificial, luz natural, iluminação de estações de trabalho, requisitos para o planejamento da iluminação, procedimentos de verificação, ferramentas, estudos de caso.	8. Solicitação específica	24
83	Avaliação de imóveis com a utilização de inferência estatística	Conhecimentos básico e intermediário da metodologia científica de avaliação de imóveis urbanos por inferência estatística; Orientação quanto às prescrições contidas na NBR 14.653-2 referente ao Método Comparativo Direto	8. Solicitação específica	20



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
		de Dados de Mercado através de inferência Estatística (regressões múltiplas); Conhecimento prático de modelagem estatística em software específico para utilização da metodologia (TS-SISREG), incluindo prática de modelos estatísticos e análise dos resultados fornecidos pelo software.		
84	Conservação preventiva e gerenciamento de riscos para acervos	Conceitos básicos em conservação preventiva de acervos culturais e seus antecedentes históricos; a prevenção e combate a agentes de deterioração do patrimônio cultural; e introdução ao gerenciamento de riscos, incluindo sua identificação, avaliação e controle.	8. Solicitação específica	7
85	Atualização do Formato de Intercâmbio Marc 21	Marc 21, cabeçalhos autorizados e não-autorizados, campos de notas	8. Solicitação específica	8
86	Classificação Decimal de Dewey (CDD)	Classificação Decimal de Dewey e Tabelas Auxiliares	8. Solicitação específica	40
87	Conservação preventiva, técnicas de higienização e	Conceitos de Preservação e	8. Solicitação específica	30



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
BOLETIM DE SERVIÇO

Ano XLIII

Brasília, 09 de março de 2018.

N.º 44.

Nº	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA
	técnicas de pequenos reparos	Conservação Preventiva; Técnicas de Higienização; Técnicas de Pequenos Reparos		
88	Desenvolvimento de repositórios institucionais e bibliotecas digitais utilizando o DSPACE	Tipos de sistemas e serviços de informação; usabilidade de um sistema; estudos de usuários;	8. Solicitação específica	40
89	XX Seminário nacional de bibliotecas universitárias	Ciência da informação e seus consectários lógicos para a prática biblioteconômica,	8. Solicitação específica	40
90	Semana Orçamentária	Planejamento, Adm. Orçamentária e Financeira, Compras e Contratos de Serviços, Controle Interno, Controle Externo e auditoria.	8. Solicitação específica	32

JOSÉ FRANCISCO DE FREITAS